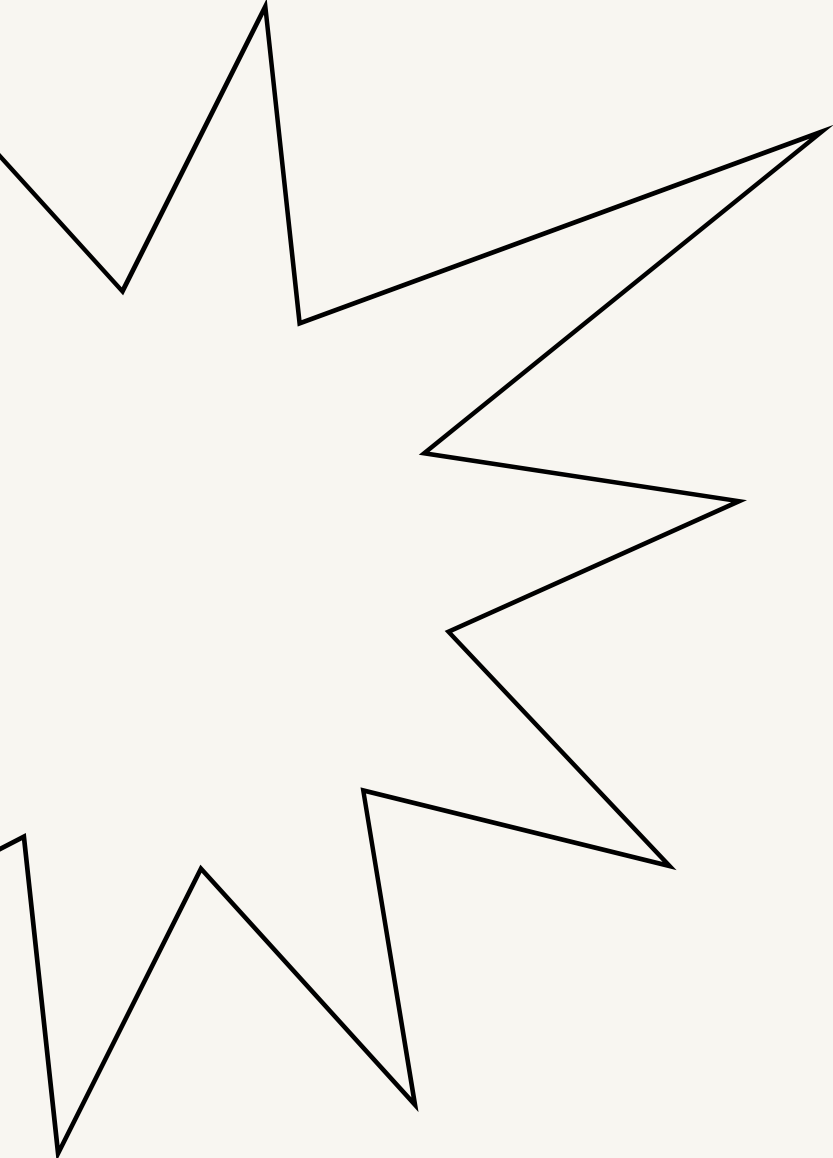


TRABALHO REPRODUTIVO E PRODUTIVO

O TEMPO E O COTIDIANO DAS MULHERES

MARIA BETÂNIA ÁVILA*

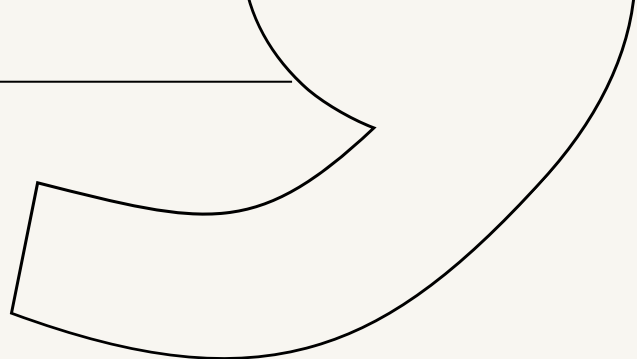


A desigualdade das mulheres no mundo do trabalho está ancorada na divisão sexual/gênero do trabalho e suas imbricações com as divisões de raça e de classe. Essas divisões do trabalho são elementos estruturantes das relações sociais, as quais se materializam de forma imbricadas na vida das mulheres, como experiências desigualmente diferenciadas determinam as condições de suas vivências cotidianas. Com foco na vida cotidiana pode-se desvelar, concretamente, as condições de vida das trabalhadoras, a renda que possuem, as horas que trabalham, observar os espaços habitacionais e territoriais concretos nos quais habitam, os seus trânsitos entre as diferentes esferas do trabalho e de outros espaços sociais. Isto é, cotidiano como um tempo no qual a vida de todo dia se reproduz, o que permite uma abordagem materialista do movimento do real. Para as mulheres, o trabalho remunerado produtivo ou reprodutivo e o trabalho reprodutivo não remunerado constitui uma relação de contradição a qual elas devem enfrentar como parte da vida cotidiana

*Maria Betânia Ávila É pesquisadora e Uma das fundadoras do SOS Corpo, doutora em sociologia e militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Articulação Feminista Marcosul (AFM).

Estando ou não no mercado de trabalho e na atividade política, as tarefas domésticas continuam sendo, basicamente, de responsabilidade das mulheres. A superação cotidiana desse problema tem sido historicamente garantida por elas próprias e entre elas. As desigualdades de classe são determinantes nas formas de construir os arranjos entre as mulheres. As mulheres burguesas e de classe média geralmente pagam a outras mulheres para realizar o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado com as crianças, idosos e outras pessoas que dele necessitem. A categoria das trabalhadoras domésticas, que são pagas para trabalhar no domicílio alheio, constitui uma grande categoria profissional no Brasil, formada majoritariamente de mulheres negras e relações de trabalho informal. Apesar dessas trabalhadoras, através da sua organização e luta, terem conquistado os direitos trabalhistas. São direitos conquistados, mas não vividos no cotidiano por todas. Para as mulheres da classe trabalhadora, no caso do Brasil, os arranjos são feitos através da solidariedade entre outras mulheres da família ou da comunidade onde vivem (ÁVILA, 2005).

Não existe conciliação possível na distribuição do tempo de trabalho entre a esfera produtiva e a reprodutiva, o que acontece na realidade concreta, do cotidiano, é que são as mulheres da classe trabalhadora que estão enfrentando jornadas, intensas, extensas e intermitentes e, em grande medida, também simultâneas. Há uma contradição entre as esferas produtivas e reprodutivas na organização do mundo do trabalho, no



sistema capitalista. As políticas públicas voltadas para promover a conciliação entre essas esferas de fato são importantes como apoio para aliviar o peso dessa sobrecarga de trabalho, mas não se tratam, na realidade, de garantir a liberação do tempo e da responsabilidade para transitar entre o trabalho remunerado e os trabalhos doméstico e de cuidado não remunerado. Por isso, é importante defender políticas públicas que considerem esta contradição, para, assim, em seus conteúdos considerarem ações que possam levar a uma ruptura, que levem a processos mais eficazes no cotidiano e apontem no sentido da superação dessa contradição.

Para a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999), a sobra do tempo do trabalho remunerado é contada como um tempo do descanso, do lazer, do cuidado consigo mesmo/a, isto é, da reconstituição de cada pessoa como força de trabalho. A duração dessa “sobra” é fruto de processos históricos, de transformações nas relações sociais entre capital e trabalho, mas são transformações que não são as mesmas em todo lugar, nem para todos/as trabalhadores/as, nem garantidas no tempo histórico. Segundo Antunes “desde o advento do capitalismo a redução da jornada de trabalho tem sido central na ação dos trabalhadores, condição preliminar, conforme disse Marx, para uma vida emancipada” (ANTUNES, 2002, p. 174)

Através de um longo processo de lutas e conflitos, foram instituídos direitos sociais e trabalhistas que regulam a duração da jornada de trabalho e definem os dias de folga semanal e de férias, mas para se ter acesso a esses direitos é preciso estar legalmente registrado/a como empregado/a, constituindo um vínculo social e legal que assegura esses direitos. Esses períodos liberados da produção são, portanto, um direito de cada trabalhador/a de se reconstituir física e mentalmente. Atualmente, com a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, esses direitos têm sido ameaçados e em muitos casos desestruturados e também desrespeitados. O trabalho informal, que está fora da proteção social, é um campo no qual predominam as mulheres, e sobretudo as mulheres negras. Neste caso, a relação entre tempo de trabalho para produzir uma renda e o tempo do trabalho reprodutivo não remunerado traz configurações bastante irregulares, extensas e extremamente difíceis para as mulheres.

O tempo do trabalho doméstico e do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na organização do tempo social dentro da relação entre produção e reprodução no capitalismo, os custos da reprodução da força de trabalho são contados apenas a partir do consumo dos produtos necessários à manutenção e reprodução dos trabalhadores/as, mas todo trabalho investido no cuidado, na preparação da alimentação, na organização e manutenção do espaço de convivência

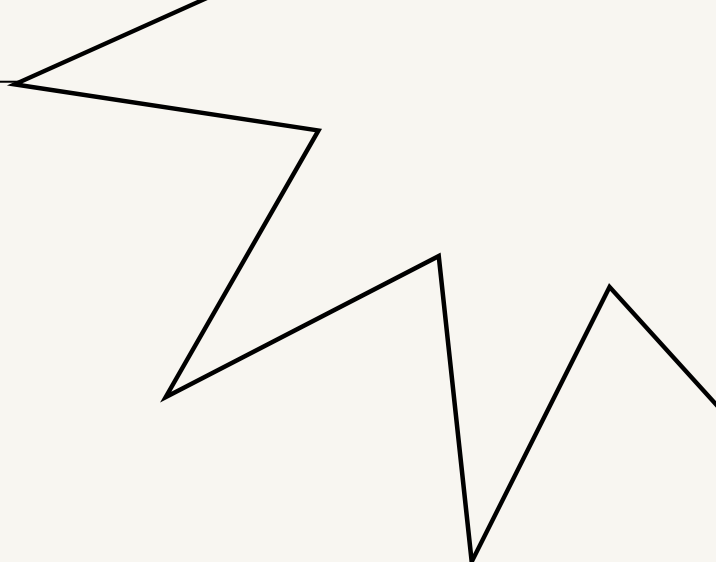
familiar, entre outras tarefas está fora da conta que configura a mais valia, a qual mede o grau do lucro na exploração capitalista.

Esse tempo de trabalho, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é fundamental para a acumulação do capital uma vez que abaixa os custos da reprodução social, ele é retirado do tempo do dia a dia das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas por relações de poder que entrelaçam a dominação e exploração capitalista à patriarcal e racial. Para a maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho (formal e informal) o tempo de trabalho para realização das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção formal ou informal nesse mercado, é justamente aí que se produzem as jornadas intensas, extensas, intermitentes e, em grande medida, simultâneas para as mulheres da classe trabalhadora.

Em um mundo globalizado, o qual se diz transformado na relação da organização do seu tempo social pela tecnologia (que permite deslocamentos cada vez mais rápidos, comunicação imediata entre pessoas em qualquer país do mundo, aceleração do grau de produtividade, etc.) é importante expor a persistência dos tempos sociais marcados pela lógica da desigualdade, e como o desenvolvimento e uso das tecnologias refazem essa mesma lógica. O uso da tecnologia para o capitalismo tem como objetivo o aumento da capacidade de lucro e não a liberação do tempo para a

classe que vive do trabalho, pelo contrário, em geral ou a pessoa está no mercado de trabalho com muito mais comprometimento do seu tempo ou está totalmente fora dele sem nenhum controle sobre o seu tempo e sem possibilidade de usufruir o tempo liberado das ocupações chamadas de produtivas. Porque alguém sem recursos financeiros perde sua autonomia de decidir sobre sua participação na vida social. Muitas vezes, a própria liberdade de ir e vir fica comprometida, todas as possibilidades de deslocamento nas cidades e no campo, e entre esses espaços urbanos e rurais, são realizadas através de meios de transporte privatizados, portanto dentro da esfera das relações mercantis. Circular pelo Mundo é uma questão de classe/raça/gênero.

No contexto atual de neoliberalismo, e no caso do Brasil com a Reforma Trabalhista feita em 2018 no período do governo Temer, na qual a flexibilização das relações de trabalho foi aprovada, há uma agudização da expansão das jornadas de trabalho e da precarização da vida da classe trabalhadora, o que está diretamente relacionado às exigências do processo de acumulação do capital, e corolário a concentração da riqueza para os donos do capital. O trabalho informal, o trabalho de plataformas, os trabalhos de diaristas, os trabalhos a domicílio, os chamados trabalho em home office, e outros, têm sido fontes de jornadas de trabalho intermináveis. Os horários irregulares das jornadas de trabalho produtivo, vivenciados pelas mulheres trabalhadoras em vários setores formais e



informais do mercado de trabalho, tornam a vida cotidiana um processo permanente de correrias, angústia, sofrimento físico e mental e exaustão. O trabalho, nesse sistema capitalista, coextensivamente patriarcal e racista, é um campo de disciplinamento e expropriação da energia corporal, das emoções, e dos desejos.

Por outro lado, há uma retomada potente da luta contra a escala de trabalho 6x1. Neste momento no Congresso Nacional a redução da jornada de trabalho está sendo debatida para aprovação de um projeto de lei que estabeleça uma nova escala, inclusive um deles foi enviado pelo Governo Federal.

Os movimentos sociais estão em luta por esta causa, trabalhadoras e trabalhadores organizados não cessam de lutar, e o movimento feminista, na sua pluralidade e em defesa da emancipação das mulheres, é um sujeito coletivo engajado nesta luta, revelando de maneira crítica e forte o que significa para as mulheres trabalhadoras uma jornada de trabalho, no sentido de mostrar a duração do tempo do qual ela é feita. O movimento feminista popular, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal está incontornavelmente engajado na luta pelo fim da jornada 6x1 e em defesa da “vida além do trabalho”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. A centralidade do trabalho hoje. In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). **A Sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, p. 91-100, 1999

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha - ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

ÁVILA, M. B., Tempo, trabalho e cotidiano: Questões para a democracia. In: SILVA, Carmen et. al. (orgs.). **Mulher e Trabalho**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2005. p. 67-81.(edições SOS Corpo).



SOS CORPO

**Instituto Feminista
para a Democracia**